

Jônatas Luiz Moreira de Paula

C
U
R
S
O

PROCESSO CIVIL

processo de conhecimento

(Lei nº 13.105/2015; Lei nº 13.256/2016 e PEC 209/2012)

4ª ed 2019



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Jônatas Luiz Moreira de Paula.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Leticia Robini

Diagramação
Leticia Robini

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

PAULA, Jônatas Luiz Moreira de.
Curso de processo civil: processo de conhecimento -- 4 ed. -- Belo Horizonte:
Editora D'Plácido, 2019.
598 p.

ISBN: 978-85-60519-69-9

1. Direito. 2. Direito Processual Civil. 3. Curso. I. Título.

CDD341.46

CDU347.9

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

1.	LINHAS GERAIS DO NOVO CPC.....	19
1.1.	O revisionismo estrutural do Novo CPC.....	20
1.2.	A unicidade procedimental do processo de conhecimento.....	21
1.3.	A simplicidade dos atos e oportunidades processuais.....	23
1.4.	A instauração formal do contraditório.....	24
1.5.	A importância do Direito Jurisprudencial.....	25
2.	DA FASE POSTULATÓRIA. DOS REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL.....	33
2.1.	Dos Requisitos da Petição Inicial.....	34
2.2.	Competência.....	34
2.2.1.	Noção.....	34
2.2.2.	Critérios de competência absoluta.....	35
2.2.2.1.	Em razão da matéria.....	36
2.2.2.2.	Em razão da qualidade do litigante.....	37
2.2.2.3.	Em razão da funcionalidade.....	38
2.2.3.	Critérios de competência relativa.....	40
2.2.3.1.	Em razão do foro.....	40
2.2.3.2.	Em razão do valor da causa.....	42
2.2.4.	Conexão, continência e prorrogação de foro.....	44
2.2.4.1.	Conexão e seus efeitos processuais.....	44
2.2.4.2.	Continência e seus efeitos processuais.....	45
2.2.4.3.	Prorrogação de foro.....	47
2.2.4.4.	A prevenção na hipótese do artigo 286, II, do CPC.....	48
2.2.4.5.	A indicação do juízo como requisito da petição inicial.....	49
2.3.	Qualificação das partes.....	49

2.3.1.	Noções de parte e de legitimidade.....	49
2.3.1.1.	Legitimidade ordinária.....	52
2.3.1.2.	Legitimidade extraordinária.....	54
2.3.1.3.	A legitimidade concorrente e o Novo CPC.....	55
2.3.1.4.	Requerimento para o incidente da desconsideração da personalidade jurídica.....	58
2.3.1.5.	A qualificação das partes como requisito da petição inicial.....	60
2.4.	Causa de pedir.....	61
2.4.1.	Noção.....	61
2.4.2.	Teoria da Substanciação.....	62
2.4.3.	Teoria da Individuação.....	64
2.4.4.	Complexidade da causa de pedir.....	66
2.4.5.	A fungibilidade da causa de pedir.....	67
2.5.	Pedido.....	69
2.5.1.	Noção de pedido.....	69
2.5.2.	Pedido simples e a questão do “pedido implícito”.....	71
2.5.3.	Pedido cominatório.....	73
2.5.4.	Pedido complexo.....	75
2.5.4.1.	Pedido Alternativo.....	75
2.5.4.2.	Pedido Subsidiário.....	77
2.5.4.3.	Pedido Sucessivo.....	78
2.6.	Valor da causa.....	82
2.7.	Requerimento genérico de produção de provas.....	85
2.8.	Eventual requerimento para a realização da audiência de conciliação ou mediação.....	85
2.9.	Requerimento para a citação.....	85
2.10.	Outros requerimentos.....	86
2.11.	Documentos indispensáveis para a propositura da ação.....	87
3.	DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA PETIÇÃO INICIAL.....	89
3.1.	Propositura da ação e Juízo de Admissibilidade.....	90
3.2.	Indeferimento da ação.....	91
3.2.1.	Noção.....	91
3.2.2.	Hipóteses.....	91
3.2.3.	A providência determinada pelos artigos 9º e 10 do CPC.....	95
3.2.4.	Efeitos do indeferimento da petição inicial.....	95

3.3.	Improcedência liminar do pedido.....	98
3.3.1.	Noção.....	98
3.3.2.	Hipóteses.....	99
3.3.3.	Pressupostos autorizadores.....	103
3.3.4.	A providência determinada pelos artigos 9º e 10 do CPC.....	105
3.3.5.	Efeitos da improcedência de plano.....	106
3.4.	Emenda da inicial.....	107
3.5.	Recebimento da inicial.....	109
3.5.1.	Noção.....	109
3.5.2.	A advertência ao réu no ato citatório.....	110
4.	DA TUTELA PROVISÓRIA: TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DE EVIDÊNCIA.....	113
4.1.	Introdução.....	114
4.2.	Tutela de Urgência Cautelar e Antecipada, e Tutela de Evidência.....	116
4.2.1.	Aspectos gerais.....	116
4.2.2.	Juízo de Possibilidade e Juízo de Probabilidade.....	118
4.2.3.	Origem histórica das tutelas de urgência e o seu ajuste doutrinário.....	120
4.3.	Regime jurídico da Tutela de Urgência no Novo CPC.....	124
4.3.1.	Da Tutela Cautelar.....	124
4.3.1.1.	Da medida cautelar preparatória para a lide principal.....	124
4.3.1.2.	Da medida cautelar incidental.....	129
4.3.2.	Da Tutela Antecipada.....	131
4.3.2.1.	Dos requisitos e hipóteses para a tutela antecipada.....	132
4.3.2.2.	Da polêmica estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	135
4.3.2.3.	Estabilização da tutela antecipada e direitos indisponíveis.....	145
4.3.3.	Da Tutela de Evidência.....	146
4.3.4.	Da efetivação da tutela provisória.....	151
5.	DA CITAÇÃO.....	155
5.1.	Noção e efeitos da citação.....	156
5.1.1.	Fundamentos da citação.....	156
5.1.2.	Condições de validade da citação.....	157
5.1.3.	Mandado de citação.....	158

5.1.4. Efeitos da citação.....	159
5.2. Citação via postal.....	162
5.3. Citação por oficial de justiça.....	162
5.3.1. Citação por hora certa.....	163
5.4. Citação pelo escrivão ou pelo chefe da secretaria.....	165
5.5. Citação por edital.....	165
5.6. Citação via eletrônica.....	166
6. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO.....	169
6.1. Noção.....	170
6.2. Do conciliador e do mediador.....	170
6.3. Das hipóteses de não realização da audiência de conciliação/ mediação e da escolha do conciliador/mediador.....	171
6.4. Da realização da audiência de conciliação/mediação.....	174
7. DA DEFESA DO RÉU.....	177
7.1. Fundamentos do Direito de Defesa.....	178
7.1.1. A garantia do Direito de Defesa como preceito programático.....	178
7.1.2. A defesa como exercício abstrato de um direito.....	180
7.2. Oportunidade para o réu apresentar a sua defesa.....	181
7.3. Contestação.....	183
7.3.1. Noção.....	183
7.3.2. Exceção e objeção.....	184
7.3.3. Defesa Indireta e Defesa Direta.....	186
7.3.4. Tutela jurisdicional na contestação.....	189
7.4. Exceções processuais e o Novo CPC.....	191
7.4.1. Noção.....	191
7.4.2. A incompetência relativa.....	191
7.4.3. A arguição de impedimento e suspeição.....	194
7.4.4. Impugnação ao valor da causa.....	196
7.4.5. Impugnação aos benefícios da assistência judiciária gratuita.....	197
7.5. Reconvenção e o Novo CPC.....	198
7.5.1. Noção.....	198
7.5.2. Objeto e hipóteses de cabimento.....	199
7.5.3. Requisitos genéricos da reconvenção.....	200
7.5.4. Requisitos específicos da reconvenção.....	204

7.6.	Outras oportunidades processuais da defesa	209
7.6.1.	Integralização ou desintegralização do litisconsórcio	209
7.6.1.1.	Noção	209
7.6.1.2.	Integralização do litisconsórcio necessário	211
7.6.1.3.	Desintegralização do litisconsórcio facultativo	212
7.6.1.4.	Recurso cabível contra a deliberação no litisconsórcio	212
7.6.2.	Intervenção de Terceiros	212
7.6.2.1.	A manifesta ilegitimidade passiva em substituição à nomeação à autoria do CPC revogado	213
7.6.2.2.	Denúnciação à lide	215
7.6.2.3.	Chamamento ao processo	217
7.6.2.4.	Desconsideração da personalidade jurídica	218
7.6.2.5.	Recurso cabível contra a deliberação no incidente de Intervenção de Terceiros	219
7.6.3.	Agravo de instrumento	220
8.	DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES	221
8.1.	Das Providências Preliminares	222
8.2.	Providências sobre a postulação das partes	222
8.2.1.	Averiguação da revelia	222
8.2.1.1.	Noção	222
8.2.1.2.	Efeitos	226
8.2.1.3.	Revelia e estabilidade da demanda	229
8.2.1.4.	Decretação da revelia	229
8.2.2.	Contestação à reconvenção e eventual citação do terceiro-reconvindo	230
8.2.3.	Réplica ou Impugnação à contestação	231
8.2.4.	Impugnação ao documento juntado pelo réu	232
8.2.5.	Manifestação da parte sobre a contestação do denunciado à lide e do chamamento ao processo	232
8.2.6.	Intervenção do <i>amicus curiae</i>	233
8.2.7.	Vista ao Ministério Público	236
8.3.	Providências saneadoras que visam a passagem de fase processual	237
8.3.1.	Processamento dos incidentes processuais	238
8.3.2.	Resolução da desconsideração da personalidade jurídica	238
8.3.3.	Questão Prejudicial ou Ação Declaratória Incidental(?)	239
8.3.3.1.	Noção	239

8.3.3.2. Requisitos.....	241
8.3.4. Realização de diligências determinadas pelo juízo.....	242
9. FASE DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	243
9.1. Noção.....	244
9.2. Extinção total ou parcial do processo.....	244
9.2.1. Noção.....	244
9.2.2. Hipóteses de extinção do processo sem análise do mérito.....	244
9.2.3. Hipóteses de extinção do processo com julgamento do mérito.....	255
9.2.4. Recursos cabíveis contra a extinção total ou parcial do processo.....	259
9.3. Julgamento antecipado do mérito.....	260
9.3.1. Noção.....	260
9.3.2. Do julgamento antecipado do mérito (CPC, art. 355).....	260
9.3.3. Do julgamento antecipado parcial do mérito (CPC, art. 356).....	265
9.4. Saneamento do processo.....	272
9.4.1. Noção.....	272
9.4.2. A decisão saneadora e a sua estabilidade.....	272
9.4.2.1. Estabilidade da decisão.....	272
9.4.2.2. Estabilidade objetiva e subjetiva.....	273
9.4.3. Conteúdo da decisão saneadora do processo.....	276
9.4.4. A congruência entre o saneador e a sentença.....	283
9.4.5. Audiência de saneamento.....	285
10. FASE INSTRUTÓRIA. A PRODUÇÃO DE PROVAS.....	287
10.1. Teoria Geral das Provas.....	288
10.1.1. Noção de Prova.....	288
10.1.2. Natureza Jurídica das Provas.....	289
10.1.3. Noção de Fase Instrutória.....	292
10.1.4. Princípios probatórios.....	293
10.1.4.1. Princípio da Tipicidade.....	293
10.1.4.2. Princípio da Vedação da Proibição da Obtenção de Provas Ilícitas.....	295

10.1.4.3. Princípio do Ônus da Prova e a inversão do ônus da prova.....	301
10.1.4.4. Princípio da Auto-responsabilidade das Partes.....	313
10.1.4.5. Princípio da Eficácia Jurídica e do Interesse Público da Prova.....	314
10.1.4.6. Princípios da Imediação e Concentração das Provas.....	315
10.1.4.7. Princípio da Persuasão Racional ou Livre Convencimento Fundamentado e a regra do artigo 927 do CPC.....	316
10.1.5. Presunção.....	321
10.1.5.1. Noção.....	321
10.1.5.2. Presunção e Indício.....	322
10.1.5.3. Espécies de presunção.....	324
10.1.6. Prova emprestada.....	326
10.1.6.1. Noção.....	326
10.1.6.2. A prova emprestada antes do Novo CPC.....	327
10.1.6.3. A prova emprestada no Novo CPC.....	328
10.1.7. Local de produção das provas.....	328
10.1.8. Da possibilidade das partes em regular o procedimento de produção de provas.....	329
10.1.9. Do dever de colaboração com a produção de provas.....	332
10.2. Espécies de prova.....	333
10.2.1. Prova documentada.....	333
10.2.1.1. Prova emprestada.....	334
10.2.1.2. Ata Notarial.....	334
10.2.2. Depoimento Pessoal e Interrogatório.....	337
10.2.2.1. Noções e objetivos do Depoimento Pessoal e do Interrogatório.....	337
10.2.3. Confissão.....	340
10.2.3.1. Noção e natureza jurídica.....	340
10.2.3.2. Elementos e requisitos.....	346
10.2.3.3. Espécies.....	347
10.2.3.4. Eficácia probatória.....	348
10.2.3.5. Invalidação da confissão.....	351
10.2.4. Prova Documental.....	352
10.2.4.1. Noção de documento.....	352
10.2.4.2. Noção de prova documental.....	353

10.2.4.3. Produção da prova documental.....	354
10.2.4.4. Eficácia da prova documental.....	358
10.2.4.5. Autenticidade e falsidade da prova documental.....	362
10.2.5. Prova Testemunhal.....	371
10.2.5.1. Noção de prova testemunhal e de testemunha.....	371
10.2.5.2. Produção da prova testemunhal.....	371
10.2.5.3. Eficácia da prova testemunhal.....	376
10.2.6. Prova Pericial.....	377
10.2.6.1. Noção de prova pericial e de perito.....	377
10.2.6.2. Produção da prova pericial.....	378
10.2.6.3. Realização da perícia.....	381
10.2.7. Inspeção Judicial.....	384
10.2.7.1. Noção.....	384
10.2.7.2. Produção probatória da inspeção judicial.....	384
10.2.7.3. Eficácia probatória da inspeção judicial.....	385
10.3. Da Audiência de Instrução.....	386
10.3.1. Noção.....	386
10.3.2. Princípios informativos.....	387
10.3.2.1. Princípio do Juiz Natural.....	387
10.3.2.2. Princípio do Contraditório.....	388
10.3.2.3. Princípio da Publicidade.....	388
10.3.2.4. Princípio da Oralidade.....	388
10.3.2.5. Princípio da Imediação.....	389
10.3.2.6. Princípio da Identidade Física do Juiz.....	389
10.3.2.7. Princípio da Concentração.....	390
10.3.2.8. Princípio da Economia Processual.....	390
10.3.2.9. Princípio da Unicidade.....	390
10.3.3. Efeitos processuais da audiência de instrução.....	391
10.3.4. Da ordem na produção das provas orais.....	391
10.3.4.1. Regra geral.....	391
10.3.4.2. Exceção a regra geral.....	392
10.3.5. Alegações finais.....	393
10.3.5.1. Noção.....	393
10.3.5.2. Efeitos processuais.....	394
10.3.5.3. Conteúdo das alegações finais.....	395
10.3.5.4. Prazos para a elaboração das alegações finais.....	396
10.4. Da produção antecipada de provas.....	397
10.4.1. Noção.....	397
10.4.2. Procedimento.....	399

11. FASE DECISÓRIA. A SENTENÇA E SEU CONTEÚDO.....	403
11.1. Concepções gerais de sentença.....	404
11.1.1. Noção de sentença.....	404
11.1.1.1. Sentença como ato de extinção.....	404
11.1.1.2. Decisões terminativas.....	406
11.1.2. Elementos de existência da sentença.....	407
11.1.3. Elementos essenciais da sentença.....	408
11.2. Efeitos da sentença.....	413
11.2.1. Noção.....	413
11.2.2. Efeitos imediatos da sentença.....	413
11.2.3. Efeitos mediatos da sentença.....	415
11.3. A metodologia na elaboração do julgamento da lide na sentença.....	416
11.3.1. Exame dos fatos.....	416
11.3.2. Elaboração da definição jurídica.....	418
11.3.3. Elaboração do conhecimento jurídico e a vinculação à jurisprudência e súmulas.....	421
11.3.4. Elaboração da tutela jurisdicional (ou sanção jurídica).....	424
11.4. Sentença e Pedido.....	427
11.4.1. Noção.....	427
11.4.2. Procedência parcial do pedido.....	428
11.4.3. Pedido líquido e sentença ilíquida.....	429
11.5. Incongruência entre sentença e pedido.....	430
11.5.1. Sentença <i>infra petita</i>	430
11.5.2. Sentença <i>extra petita</i>	431
11.5.3. Sentença <i>ultra petita</i>	432
11.5.4. Exceções à congruência entre sentença e pedido.....	432
12. DOS RECURSOS E DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	435
12.1. Teoria Geral dos Recursos.....	436
12.1.1. Noção.....	436
12.1.2. Princípios relativos aos recursos.....	437
12.1.2.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	437
12.1.2.2. Princípio da autoridade competente.....	439
12.1.2.3. Princípio da taxatividade.....	440
12.1.2.4. Princípio da unirrecorribilidade ou da singularidade ou da unicidade recursal.....	442

12.1.2.5. Princípio da independência recursal.....	443
12.1.2.6. Princípio da fungibilidade recursal.....	444
12.1.2.7. Princípio da proibição da reformatio in pejus.....	448
12.2. Pressupostos recursais genéricos.....	448
12.2.1. Pressupostos subjetivos/intrínsecos.....	449
12.2.2. Pressupostos objetivos.....	452
12.3. Efeitos do recurso.....	459
12.3.1. Efeitos em razão da interposição do recurso.....	460
12.3.1.1. Obstar a ocorrência da preclusão ou da coisa julgada sobre a decisão recorrida.....	460
12.3.1.2. Suspensividade.....	461
12.3.2. Efeitos em razão da apreciação do recurso.....	462
12.3.2.1. Devolutividade.....	462
12.3.2.2. Translatividade.....	464
12.3.3. Efeitos em razão do julgamento do recurso.....	466
12.3.3.1. Conhecimento ou não conhecimento do recurso.....	466
12.3.3.2. Provimento ou não provimento do recurso.....	467
12.3.3.3. Substitutividade.....	468
12.3.3.4. Expansividade.....	468
12.4. Recurso Adesivo.....	470
12.4.1. Noção.....	470
12.4.2. Pressupostos para o recurso adesivo.....	472
12.4.2.1. Existência de uma sentença ou de um acórdão.....	473
12.4.2.2. Existência de sucumbência recíproca.....	473
12.4.2.3. Existência de recurso interposto.....	473
12.4.3. Requisitos para o recurso adesivo.....	473
12.4.3.1. Apresentação do recurso adesivo no prazo legal.....	473
12.4.3.2. Apresentação do recurso adesivo perante o juízo a quo.....	474
12.4.3.3. Subordinação ao trâmite do recurso principal.....	474
12.5. Remessa necessária.....	474
12.5.1. Noção.....	474
12.5.2. Condições necessárias para a incidência da remessa necessária.....	475
12.5.2.1. Condições subjetivas.....	475
12.5.2.2. Condições objetivas.....	475
12.5.3. Efeitos da remessa necessária.....	476

12.6. Espécies recursais.....	477
12.6.1. Apelação.....	477
12.6.1.1. Noção.....	477
12.6.1.2. De questões retidas que poderão ser argüidas na apelação.....	478
12.6.1.3. Do pedido de tutela provisória.....	480
12.6.1.4. Procedimento no recurso de apelação.....	480
12.6.2. Agravo de instrumento.....	485
12.6.2.1. O recurso de agravo no CPC de 1973 e no Novo CPC.....	485
12.6.2.2. Hipóteses de agravo de instrumento.....	486
12.6.2.3. Procedimento no recurso de agravo de instrumento.....	490
12.6.3. Agravo Interno.....	495
12.6.4. Embargos de Declaração.....	497
12.6.5. Recurso Ordinário.....	500
12.6.6. Recurso Extraordinário e Recurso Especial.....	502
12.6.6.1. Noção e hipóteses de Recurso Extraordinário.....	502
12.6.6.2. Noção e hipóteses de Recurso Especial.....	504
12.6.6.3. Pré-questionamento e a possibilidade de reavaliação das provas.....	505
12.6.6.4. Pré-questionamento implícito.....	508
12.6.6.5. Da exigência da repercussão geral no REX.....	509
12.6.6.6. Da proposta contida na PEC 209 para o RESP.....	511
12.6.6.7. Procedimento do REX e do RESP e a Lei nº 13.256/2016.....	514
12.6.6.8. Do incidente de REX e RESP repetitivos.....	522
12.6.6.9. Do agravo em REX ou RESP com o advento da Lei nº 13.256/2016.....	528
12.6.7. Agravo interno e Agravo Regimental.....	531
12.6.8. Embargos de Divergência.....	532
12.6.8.1. Noção.....	532
12.6.8.2. Hipóteses.....	533
12.6.8.3. Procedimento.....	534
12.7. Dos incidentes nos julgamentos dos recursos e dos processos de competência originária dos Tribunais.....	535
12.7.1. IAC-Incidente de Assunção de competência.....	535
12.7.1.1. Noção.....	535

12.7.1.2. Prevenção e composição na assunção de competência.....	538
12.7.2. Da argüição de inconstitucionalidade.....	539
12.7.3. Do conflito de competência.....	540
12.7.4. Da homologação de sentença estrangeira e da concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória.....	542
12.7.5. IRDR–Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.....	543
12.7.6. Da Reclamação.....	548
13. DA COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA.....	553
13.1. Noção e fundamentos de coisa julgada.....	554
13.2. Efeitos e espécies de coisa julgada.....	558
13.3. Limites objetivos da coisa julgada.....	561
13.4. Limites subjetivos da coisa julgada.....	562
13.5. Impugnações à coisa julgada.....	565
13.5.1. Regra geral: a intangibilidade da coisa julgada.....	565
13.5.2. O efeito preclusivo da coisa julgada.....	568
13.5.2.1. Noção.....	568
13.5.2.2. Condições para aplicação da norma.....	570
13.5.3. Ação Rescisória.....	571
13.5.3.1. Noção.....	571
13.5.3.2. Histórico.....	572
13.5.3.3. Hipóteses.....	575
13.5.3.4. Condições da ação e do ajuizamento da ação.....	577
13.5.3.5. Procedimento.....	582
13.5.4. Superveniente incompatibilidade com a Constituição Federal.....	585
13.5.5. Relativização da coisa julgada material.....	585
13.5.5.1. Incidência de direitos indisponíveis.....	585
13.5.5.2. Descoberta de novos métodos científicos.....	587
13.5.5.3. A relativização da coisa julgada em demandas ambientais.....	589
REFERÊNCIAS.....	591